

O lugar da produção e consumo em circuitos curtos The place of production and consumption in short circuits

Resumo

O descaso e desinteresse que os elementos humanos e as localidades têm recebido nos últimos tempos decorrem da intensa centralidade atribuída ao sistema financeiro mundial, uma estratégia que envolve todos os intencionalismos em proveito da insaciável ânsia pelo lucro. Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo discutir a importância que os circuitos curtos de produção e consumo apresentam para a escala local, favorecendo a dinamização socioeconômica de lugares antes isolados financeiramente. Esta discussão se utilizou de pesquisas bibliográficas, pautando-se em materiais já publicados acerca desta temática, um embasamento teórico que dão mais validade as reflexões aqui elencadas. No decorrer da pesquisa, ficou evidente que a complexidade envolvendo os vínculos existentes na escala local são os principais responsáveis pela realização e consolidação dos circuitos curtos de produção e consumo, uma particularidade que exige dos seus atores e autores sociais uma compreensão singular das suas respectivas territorialidades. Enfim, o intento aqui não foi o de descaracterizar a importância que os circuitos longos de produção e consumo possuem, mas apenas discutir a importância que os circuitos curtos possuem na emancipação social dos sujeitos e desenvolvimento socioeconômico dos lugares, uma estruturação social que considere e permita a existência equilibrada destes dois tipos de circuitos produtivos e de consumo.

Palavras-chave: Circuito curto; Localidades; Lugares; Popular; Desenvolvimento

Abstract

The disregard and disinterest that human elements and localities have received in recent times stems from the intense centrality attributed to the world financial system, a strategy that involves all intentions in favor of the insatiable eagerness for profit. In this sense, the present study has as objective to discuss the importance that the short circuits of production and consumption present to the local scale, favoring the socioeconomic dynamization of places previously isolated financially. This discussion was based on bibliographical research, based on materials already published on this subject, a theoretical basis that give more validity to the reflections listed here. In the course of the research, it was evident that the complexity of the existing links in the local scale are the main responsible for the realization and consolidation of the short circuits of production and consumption, a particularity that requires of its actors and social authors a singular understanding of their respective territorialities. Finally, the attempt here was not to de-characterize the importance of long circuits of production and consumption, but only to discuss the importance of short circuits in the social emancipation of the subjects and socioeconomic development of the places, a social structuring that considers and allows the balanced existence of these two types of production and consumption circuits.

Keywords: Short circuit; Localities; Places; Popular; Development

Recebido: 19/09/2017 Aceito: 05/10/2017

Émerson Dias de Oliveira¹

¹Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina – UEL – cooperativismopopular@hotmail.com

1 Introdução

O entrosamento acerca de uma estruturação mercadológica em cadeias cada vez mais alongadas tem possibilitado uma maximização ampliada acerca da concentração de poder em suas realizações e processos. Este comportamento é o retrato fiel assumido pelas cadeias produtivas nos tempos atuais, um procedimento que acaba desvirtuando os entendimentos em relação aos arranjos sociais, visto que a racionalidade instrumentalizada submete estes cenários locais em outra ótica, destituindo valores intrínsecos destes cotidianos para atender a ganância financeira impostas por agentes externalizados.

A reflexão aqui proposta tem como intenção debater os processos conduzidos pela produção e consumo no decorrer dos seus respectivos circuitos funcionais, evidenciando a singular importância e vínculo que o assunto possui com a dinâmica socioeconômica dos lugares. Assim, o formato estrutural destas redes de produção e distribuição comercial é diretamente responsável por inúmeras variáveis na escala local, uma relação que altera drasticamente as questões inerentes a produção e consumo nestas realidades, cujo único intento é a maximização do lucro de um resumido agrupamento de sujeitos em detrimento da vida de todo os outros seres humanos.

Nesta problemática o principal elemento responsável por agravar esse cenário ocorre através da figura dos atravessadores comerciais, visto que independentemente do tipo de escala espacial presente no circuito da produção-consumo, será o número de intermediários que definirá o nível de proximidade entre produtores e consumidores e também destes com o produto em questão.

Corroborando deste posicionamento, Guzmán et al. (2012) colocam que a diminuição dos circuitos produtivos e de consumo está relacionada com as relações de poder dentro da rede alimentar, uma realização que favorece os produtores e consumidores, e não dos intermediários e grandes distribuidores.

Completando o raciocínio dos circuitos curtos temos sua apresentação na forma ampliada. Segundo Christopher (2007, p.31), “a globalização tende a tornar mais longas as cadeias de suprimento, à medida que as empresas alocam cada vez mais a produção em

outros países ou a terceirizam em locais mais distantes”. Assim, nem sempre a aproximação entre o local de produção e o de consumo significa que o circuito é curto, pois o produto pode percorrer várias instâncias de atravessadores até retornar e tornar-se acessível ao consumo na mesma região de sua respectiva produção.

O objetivo central do estudo se investe de esclarecer a importância que os circuitos curtos de produção e consumo apresentam na revivificação da coletividade, um desafio que busca dar significado as possibilidades locais, de forma que a base da pirâmide social possa efetivamente ser considerada e incluída nos processos de construção social. Este ensaio busca através de uma discussão teórica refletir acerca da estruturação produtiva em dimensões locais, um enfoque voltado para uma funcionalidade democrática, justa e solidária desta questão, ou seja, instrui-se na ideia de desenvolvimento endógeno, considerando a importância fundamental que as variáveis localizadas apresentam neste processo. A análise volta-se para a noção dos rejeitos e proveitos produzidos pelas instituições em geral, uma máxima que tem seu comportamento historicamente elaborado na noção da exportação dos capitais, restando localmente uma exploração predatória e extenuante até o instante em que for vantajoso financeiramente.

Neste sentido, as virtualidades sociais emergem com um caráter superior as imposições mercadológicas, um movimento que torna mais dinâmico e sustentável as relações socioeconômicas de recortes espaciais antes isolados, possibilitando que as pessoas conduzam e ingressem em uma vivência econômica quali-quantitativamente, considerando que o modo de viver e de produzir contemporâneo é altamente insustentável.

Desta feita, este estudo estrutura-se através de pesquisas bibliográficas, um esforço que se respalda teórico-conceitualmente através de levantamentos científicos já elaborados acerca destes questionamentos. Tratando desse tipo de pesquisa, Severino (2007) pontua que ela possibilita aos interessados uma efetiva apreensão de conhecimentos em relação aos assuntos de interesses em debate, sendo que suas análises envolvem uma margem mais ampla e mais variada de conteúdos se comparado com estudos presenciais e com menor recorte temporal. Sua realização acontece a partir do:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p.122).

Considerando essa intensificação teórica o estudo ganha um respaldo e embasamento mais sólido, possibilitando ampliar seu debate e fundamentar de modo mais crítico as observações de casos práticos que possam surgir. Assim, é válido trazer para o debate a questão dos circuitos curtos de produção e consumo com o intuito de partilhar teorias para um melhor planejamento e compreensão da escala local, pois o desenvolvimento local só será considerado efetivamente do “lugar”, se for envolvido sob a coerência da participação e mobilização popular, uma proposta desempenhada com as estimativas das classes subalternas.

A importância desta pesquisa se mostra pela grande secundarização que os valores territoriais têm recebido ultimamente, sendo suas políticas públicas e privadas realizadas apenas para atender a demanda da reprodução do capital e nem sempre compromissadas com a conjuntura social em que operam. O resultado deste tipo de comportamento dos circuitos produtivos é que independentemente do montante financeiro que flui em seus terminais, essa riqueza produzida não se infiltra localmente, visto que os gestores dela estão posicionados em outras regiões e optam por aspirá-la do plano local, aplicando-a em circuitos financeiros mais lucrativos externamente.

É nesta realidade de imposições drásticas que aparecem as primeiras preocupações com o futuro das comunidades locais, visto sua dependência cada vez mais atrelada com agentes de fora. Esse processo de homogeneização cultural dos territórios é o sentido compartilhado pela ótica neoliberal¹, a qual nunca inclui a discussão de “futuro” e “lugar” em suas estratégias, sua única linguagem é o capital, ou seja, quanto de retorno será possível extrair de suas operações, um intento que desconsidera qualquer outra percepção possível, contanto que a reprodução

financeira esteja garantida em seu foco de ação. Neste sentido, defende-se aqui “que o desenvolvimento nos dê vida, não produtos; que propõe produzir aquilo que precisamos, não aquilo que as empresas querem que consumamos para atender à sua ganância por lucro” (LESBAUPIN, 2012, p. 46).

Neste sentido, elementos e variáveis sociais e culturais ganham relevância pela importância cada vez mais aflorada de consolidar e realizar o desenvolvimento nas territorialidades, ou seja, em suas singularidades existenciais próprias de cada localidade em estudo. É esta percepção integracionista que justifica um questionamento crítico acerca dos equívocos e arbítrios impostos na lógica financeirizada hegemonicamente instalada atualmente, sendo que o presente estudo buscou através da discussão dos circuitos curtos de produção e consumo, destacar esta assimetria social em vigência que acumula o capital e explora o social.

As inquietações debatidas neste ensaio estão longe de ambicionar um esgotamento acerca desta temática, mas buscam contribuir no apanhado teórico dessa questão e também destacar algumas referências teóricas envolvendo os circuitos curtos de produção e consumo. Assim, espera-se que os apontamentos seguintes sirvam de referência para posteriores questionamentos e comparações prático-teóricas, possibilitando que os gestores de distintos aparelhos sociais, públicas ou não, na escala local e regional, possam ordenar outras discussões envolvendo essa temática.

2 Produção e consumo em circuitos curtos: questões conceituais

O isolamento social das comunidades e a ideologização de que é somente através de amplos investimentos capitalistas que adquire o crescimento, tem sido uma falácia perversamente instruída para justificar todo e qualquer tipo de arbítrio utilizado no arrebatamento de clientes no mundo contemporâneo. O elemento humano tem sido cada vez mais destituído em proveito da dimensão economicista

¹ “[...] o atual modelo de desenvolvimento do capitalismo industrial moderno, particularmente em sua variante neoliberal, baseada no produtivismo e no consumismo, está conduzindo a humanidade – e não o planeta – a uma catástrofe ecológica ou

ambiental sem precedentes em sua história (LÖWY, 2012, p. 07-08).

(*homo economicus*²), sendo que esta noção ideológica surge pela primeira vez no século XIX retratando as condutas econômicas do homem e que deixam de lado valores culturais ou comportamentais, concentrando-se na estruturação do consumo e da produção.

Através desta percepção de mundo é que a racionalidade instrumental ganha força, passando a ser hegemonicamente aceita como a razão mais adequada ao desenvolvimento econômico, desconhecendo como racional as iniciativas socioeconômicas elaboradas na lógica dos lugares comunitários. Essa ideia tem se tornado tão proeminente que culminou na inviabilização da organização social de várias localidades, pois as intencionalidades são pensadas para uma dimensão unificada e em circuitos longos³ que não permite incluir os pluralismos culturais da coletividade, visto que “nunca a riqueza e a renda estiveram tão concentradas em escala global. E essa é uma das mais importantes causas da crise atual” (BAVA, 2012, p. 179).

Contrariando o que apregoa os ideais de mercado, os circuitos longos exploram os elementos dos territórios, extraindo seus recursos naturais e a riqueza oriunda da produção, que será usada nos centros financeiros internacionais e restando a esfera local apenas o passivo social desse processo. “Como seu objetivo não é o desenvolvimento do território, também não se preocupam com a degradação ambiental que geram” (BAVA, 2012, p. 181).

Entretanto, um projeto de sociedade para além do sentido eminentemente financeirizado é perfeitamente possível de ser discutido e pensado, um esforço que não acontece de forma repentina, mas que através da politização dos sujeitos locais é viabilizada a sua execução. Os rumos propostos neste ensaio percorrem pela estruturação de circuitos curtos de produção e consumo, um ajustamento social que aproxima e conscientizam os atores sociais da

comunidade, uma proposta incute nos sujeitos a tarefa de pensar e participar localmente de forma cooperativa.

As transações socioeconômicas em circuitos curtos proporcionam vantagens econômicas, sociais e culturais localmente com base na realização das práticas de reciprocidade entre os envolvidos, ou seja, uma intensa troca de favores e ajudas realizados entre vizinhos na comunidade, favorecendo a formação de associações, cooperativas e outras organizações autogeridas pelos sujeitos da própria localidade. Entre outros formatos organizativos pode-se citar à venda de porta em porta, às feiras livres, as cooperativas agrícolas, programas oriundos de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar do Governo Federal (PNAE), entre outros.

Considerando as particularidades que envolvem a realocação dos sistemas agroalimentares, emergem duas compreensões principais em seus questionamentos: *embeddedness* (enraizamento) e sustentabilidade ecológica. Este formato relaciona-se as considerações das interações face-a-face do primeiro, que ajudam a fortalecer os valores comunitários, de justiça e segurança alimentar (MURDOCH et al., 2000). Em relação ao segundo princípio, este indica para a inviabilidade em longo prazo do atual sistema financeirizado em vigor, o qual tem suas cadeias de produção e consumo dotadas de extensa e excessiva utilização de transporte por extensas distâncias, geralmente referido como *foodmiles* (distância percorrida pelo produto, ou pegada ecológica) (NORBERG-HODGE et al., 2002).

O entendimento de circuitos curtos e/ou descentralizados vincula a busca pela aproximação dos locais de produção com o de consumo de bens e

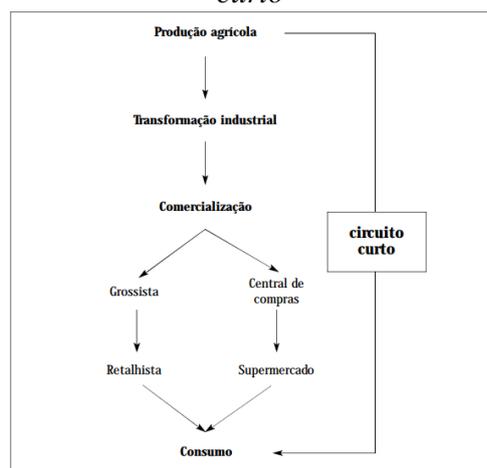
² O termo “homem econômico” [*homo economicus*] foi usado pela primeira vez no século XIX por críticos do método proposto por Mill (1836) para a economia política. O que incomodava aos seus críticos era a passagem em que sugeria que “a economia política não deveria tratar o conjunto da natureza humana como modificada pelo ambiente social, nem do comportamento completo do homem em sociedade. Sua preocupação com ele deveria se restringir a tratá-lo como aquele que deseja possuir riqueza e possui a capacidade de julgar a eficácia relativa dos meios para obter aquele fim” (COSTA, 2009, p. 04).

³ Por circuitos longos entendemos, por exemplo, a exportação de commodities. A soja que é plantada na região central do país e que é exportada para a China. Tomemos este exemplo. A plantação extensiva de soja requer grandes áreas e acaba por concentrar ainda mais a terra no Brasil, expulsando a agricultura familiar. As técnicas de produção são todas mecanizadas, requerendo grande maquinaria e técnicos especializados para operá-las. Tudo isso requer muito capital. É preciso investir em silos, estradas de ferro, portos, navios, sem considerar o enorme gasto de energia (BAVA, 2012, p. 181).

serviços, uma estruturação logística que caracteriza-se por poupar esforços desnecessários como: redes de transporte, energia, combustível, embalagens, intensificação de tráfegos entre outros que são estrategicamente elaborados para potencializar o domínio do setor por determinados agentes e atravessadores econômicos. Os circuitos curtos não estão atrelados apenas a diminuição de distâncias, “mas de estruturar uma economia de empresas locais, pequenas e grandes, que estimulem a circulação de riqueza no local, articulem cadeias produtivas, absorvam a mão de obra local, necessitem pouco capital e utilizem baixa tecnologia” (BAVA, 2012, p. 181).

Os circuitos curtos conseguem criar uma identidade nos processos produtivos, na produção e consequentemente reflete também na especificação territorial. “Estas formas de venda, através da ligação estreita que estabelecem entre o território, o cliente e o produto, reforçam o caráter não deslocalizável da produção local” (FRANÇOIS, 2000, 13). Em geral, o consumidor final paga menos e o produtor recebe mais. Também possibilita realizar localmente o trabalho de venda, concorrendo assim para a manutenção dos empregos no território. Conforme as reflexões de François (2000), é possível representar um esboço (Figura 1) que define os circuitos curtos de comercialização.

Figura 1 – Esquema de definição de um circuito curto



Fonte: (FRANÇOIS, 2000, p. 15).

Neste esquema fica visível a intenção do circuito curto em realizar o trajeto mais curto possível entre produtor e consumidor, sendo que quanto menos atravessadores houver nesse meio, melhor estruturado estará o circuito curto, configurando uma nova forma de uso do território. Desta feita, não obrigatoriamente carece de haver uma preocupação com os parâmetros espaciais (distancias terrestres), mas sim, com o número de intermediários entre a produção e o consumo.

Corroborando desta noção, Ploeg (2008) em seus estudos da lógica camponesa nas várias partes do mundo, destaca os imensos canais de distribuição centralizados no ‘Império’¹ de instituições atuantes no processamento e comercialização de alimentos no mercado mundial, um domínio que acontece a montante e jusante dos cultivos rurais. O autor identifica dois modelos de escoamento da produção neste contexto, sendo um caracterizado pela comercialização e consumo global, com intensa utilização de beneficiamento e industrialização das espécies agrícolas. O outro modelo de circuito é adjetivado pelo autor de “proximidade” e está relacionado com a agricultura familiar e/ou camponesa, lutando e resistindo ao domínio direto dos ideais economicistas dirimidos pelo capital, uma realização que conecta produtores e consumidores que escapam, não raro, ao controle do Império.

Os sentidos inculcados no estreitamento dos circuitos produtivos/consumo estão pautados em virtudes socioeconômicas que foram significativos para a perpetuação de sociedades ancestrais, os quais ainda se fazem presentes em comunidades “isoladas” da hegemônica ocidentalização do mundo contemporâneo. Segundo Mauss (2013), um atributo majoritário destas interações ditas “atrasadas” e “antieconômicas” acontece através da intercambiação local de produtos e serviços. O vínculo entre os sujeitos integrados nesta dimensão social supera a superficialidade economicista, sendo possível destacar principalmente as relações de reciprocidade. Para Sabourin (2011), a reciprocidade consiste em relações interpessoais e sociais que predominou nas antigas civilizações, mas que também está em vigo

¹ Representa o agrupamento de várias expressões do mercado agroalimentar dominante, como grupos de agronegócio, redes varejistas, leis e controles estatais, dentre outros (Ploeg, 2008).

em diversas comunidades em algumas regiões do globo atualmente, caracterizando-se pela produção de bens tangíveis, como a produção de valores e produtos, e intangíveis como sentimento e valores humanos.

O estudo de Mauss (2013), acerca da noção de “dádiva”, e o de Sabourin (2011), com a “reciprocidade”, fundamentam-se em uma tríplice obrigação “Dar, receber e retribuir”. Essa estruturação social se caracteriza-se como uma virtude que vai além da troca, a qual impossibilita seu debate como sinônimo, apesar de dentro das suas realizações estar presentes as trocas mercantis. Assim, essas discussões atem-se basicamente em reposicionar o sentido que os atributos economicistas apresentam atualmente, desmistificando sua centralidade e superioridade em relação às demais estruturas sociais, pois a sociedade só conseguirá sua perfeita funcionalidade por intermédio de um adequado equilíbrio entre todos os seus compostos constitutivos.

Tratando especificamente da produção agroalimentar, Azevedo (2009) nomeia este setor de “circuitos de proximidade” ou de “curta distância”, sendo que este cenário se identifica por estar organizado em uma dinâmica peculiar harmonicamente entrelaçada aos processos territoriais do qual é parte. Desta feita, são constituídos em um comportamento misto, pois oferecem concomitantemente uma panorâmica de envolvimento particularizados e pautados na reciprocidade e ainda apresentam relações próprias da troca comercial e monetária (SABOURIN, 2011).

A importância assumida por este assunto possui uma construção social bem consolidada em todo o mundo, com destaque para as nações europeias que apresentam um modelo agrário/agrícola fortemente voltado para as policulturas. Em Portugal existe um Grupo de Trabalho para a Valorização da Produção Agrícola Local (GEVPAL) que, integrando 9 entidades de 3 ministérios, funciona junto da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), o qual se responsabiliza principalmente pela valorização dos cultivos agrícolas localmente, um alinhamento estrutural pautado na organização de circuitos curtos alimentares, simplificando procedimentos e processos relacionados a essa questão (DGADR, 2012).

Conforme a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural Portuguesa (2012), os circuitos curtos alimentares são compreendidos como “um modo de comercialização dos produtos alimentares que se efetua pela venda direta do produtor ao consumidor ou pela venda indireta através de um único intermediário e que se referenciam pela redução da distância geográfica e/ou simplificação relacional entre produtores e consumidores”. Assim, através deste modelo é nítida a abertura de inúmeras possibilidades de dinamismo socioeconômico aos territórios rurais do país, dada a histórica vinculação com produção diversificada e com intensa vinculação as lógicas locais.

Discorrendo acerca dos Circuitos de Proximidade, Perez-Cassarino e Ferreira (2013) afirmam que estes:

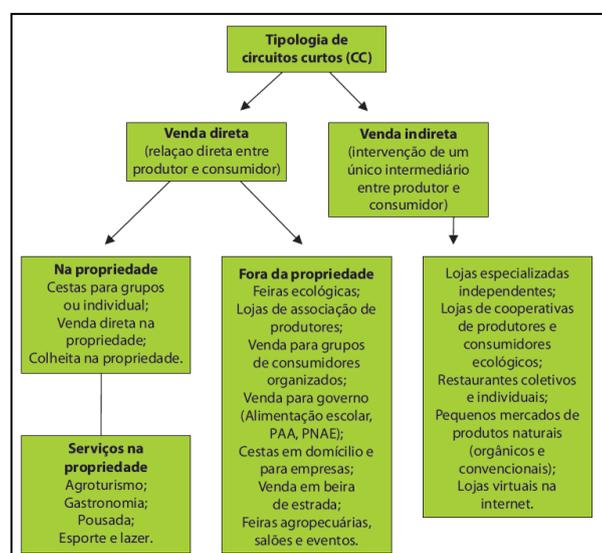
Estão orientados pela busca fundamental da promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, para o qual considera-se que, atrelada a uma busca permanente pela aproximação geográfica entre produção e consumo, encontra-se a busca pela proximidade social entre seus integrantes e a adequação cultural e ambiental à sua realidade e história de vida. A construção de Circuitos de Proximidade visa à geração de processos autônomos e socialmente enraizados de produção, beneficiamento e circulação de alimentos, que se orientem pela construção coletiva de processos de emancipação social no âmbito dos sistemas agroalimentares, baseados na solidariedade, transparência, horizontalidade e confiança (PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013, p. 23).

Com base nos estudos de Chaffotte e Chiffolleau (2007), Darolt (2013) se embasa para discutir um entendimento acerca dos circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos no Brasil, visto que na literatura francesa essa reflexão teórica permite até um intermediário entre o produtor e o consumidor como limite para ainda ser considerado circuito curto, combinando a pequena produção, origem do produto e venda perto/proximidade. Outras denominações como circuitos locais, mercados de proximidade ou mercados locais também costumam ser utilizadas. Essa dimensão se referencia não apenas na expectativa do comércio local, mas também nas distâncias que os alimentos viajam até chegar ao

consumo (PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013).

Segundo Darolt (2012), existem dois tipos (Figura 2) principais de escoamento da produção nos circuitos curtos: a venda direta (quando o produtor entrega a mercadoria nas mãos do consumidor) e a venda indireta que envolve um intermediário (que pode ser outro produtor, uma cooperativa, associação, loja especializada, programa de governo ou até um pequeno supermercado local).

Figura 2 – Tipologia de circuitos curtos



Fonte: Adaptada de Chaffotte e Chiffolleau (2007).

Desta forma, o formato de estruturação comercial mais adequada aos produtores e consumidores terá uma oscilação em decorrência de inúmeros fatores: organização do sistema de produção, disponibilidade de tempo, mão de obra e da infraestrutura instalada. Enfim, cada cenário irá adequar essas necessidades em conformidade com as suas respectivas realidades sociais. Para Costabeber e Caporal (2002, p.12 e 13), a importância da consolidação destes circuitos curtos de comercialização é uma “maneira de aumentar os graus de eficiência ecológico-energética na produção e distribuição de alimentos, seja através de feiras ou de mercados locais, ademais de representar uma estratégia compatível com os objetivos de soberania alimentar das populações”.

As intenções desta “outra” interpretação dos circuitos produtivos/consumo são de acordo com Cristóvão e Tibério (2009): i) a dinamização do

consumo de alimentos produzidos localmente; ii) o estabelecimento de ligações diretas entre produtores e consumidores; iii) a revitalização de estruturas de produção, transformação e distribuição; iv) a construção de redes de relações entre produtores e governos locais, empresários e outros líderes; e v) a promoção da economia local e do desenvolvimento rural.

Esse posicionamento está longe de descaracterizar ou invalidar as realizações que ocorrem através dos circuitos longos, visto que é sabedor que somente as cadeias curtas são logisticamente insuficientes para fluir toda a produção mundial. Entretanto, é de fundamental importância fortalecer ao máximo as instâncias produtivas conduzidas em circuitos curtos de produção e consumo, uma preocupação política que carece de ser instruída tanto no setor público como no privado para um efetivo fortalecimento dos atores locais.

É a contraposição de dois modelos. O dos circuitos longos de produção e consumo, domínio das transnacionais; e o dos circuitos curtos de produção e consumo, que são o campo de atuação dos atores e da economia local. Como, evidentemente, não se trata de substituir um circuito pelo outro, as estratégias são de fortalecer progressivamente os setores e atividades da economia que permitem a integração de um maior contingente de pessoas que hoje se beneficiam de programas sociais, mas que precisam também desenvolver suas próprias capacidades de inserção social e produtiva a partir de suas iniciativas (BAVA, 2012, p. 180).

Desta forma, percebe-se que o desafio está muito além apenas da aproximação mercadológica entre produtores e consumidores, pois ela questiona modelos sociais voltados efetivamente na emancipação dos sujeitos. Os circuitos curtos de produção e consumo, neste ponto de vista, podem adotar sentidos e intensidades distintas, desde a venda local, passando pela venda direta em feiras e mercados até a mudança estrutural de um amplo número de pessoas, gerando empregos e dinamizando as economias locais, favorecendo os agentes daquele lugar, os trabalhadores e moradores daquele território.

Enfim, trata-se da politização dos sujeitos, uma construção social que tem nos circuitos curtos uma ferramenta de vital importância para compreender a organização territorial. Esta realidade

envolve tanto a cooperação entre os produtores como a conscientização entre os consumidores, um sentimento de pertença ao lugar que fortalece as afinidades entre esses agentes, sendo uma realização que acontece para além do contato mercadológico, visto que está carregado de esforços ideológicos que instrui a realização do bem-estar social localmente.

3 O lugar como referencial ao debate dos circuitos curtos de produção consumo

A discussão do lugar é uma questão ainda pouco difundida e institucionalizada nas políticas públicas e privadas dos modelos de gestão contemporâneas, sendo que estas estratégias acabam por priorizar modelos referenciados em realidades desconexas da escala local e ao mesmo tempo impossibilitam uma efetiva participação e protagonismo destas comunidades. Este é o quadro hegemônico e vigente em todas as dimensões sociais, o qual está transfigurado na noção de ‘globalização’¹ do mundo, uma percepção ampliada das coisas e fatos que pautam seus encaminhamentos em contextos eminentemente ocidentalizados (americanização do mundo), sem qualquer vínculo aos valores imateriais dos lugares.

Esta é uma das respostas para compreender as assimetrias sociais no desenvolvimento local e sua respectiva secundarização em favor de realizações desenvolvimentistas nacionais e regionais centralizadas, as quais buscam apenas o crescimento financeiro e a intensificação tecnológica. No entanto, considerando as precárias condições humanas que a maior parte da população mundial contemporânea sobrevive, fica evidente que as teorias clássicas de crescimento econômico em vigor são insuficientes para explicar racionalmente as dimensões dessa “pós-modernidade”.

Na prática o que acontece é a utilização de parâmetros quantitativos de crescimento econômico para a avaliação de resultados qualitativos de desenvolvimento. Entretanto, esse entendimento é uma falácia que desconsidera as localidades,

atribuindo seus dados de forma aparente e sem levar em consideração os abismos sociais entre pobres e ricos. É válido apontar que o crescimento é determinado com referência na oscilação percentual do Produto Interno Bruto (PIB) total ou por pessoa. Assim, países ou regiões que anatem altas taxas de crescimento do PIB total ou por pessoa são tidos como avançados no desenvolvimento, uma informação superficial e absoluta que desconsidera os cenários relativos aos lugares deslocados de um efetivo desenvolvimento social.

O fracasso desse modelo desenvolvimentista é para Hobsbawm (1995) inicializado em maio de 1968 na França e a crise mundial do petróleo de 1972/73, sendo finalizado com a queda do Muro de Berlim em novembro de 1989 e o posterior fim da União Soviética em 1991. O autor destaca que com o fim do século XX

“O futuro não pode ser continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica. As forças geradas pela economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana. As próprias estruturas das sociedades humanas, incluindo mesmo algumas das fundações sociais da economia capitalista, estão na iminência de ser destruídas pela erosão do que herdamos do passado humano. Nosso mundo corre o risco de explosão e implosão. Tem de mudar. Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto e por quê. Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão” (HOBBSAWM, 1995, p. 562).

As desilusões sociais ocorridas no decorrer do século XX serviram para intensificar alguns debates e apreensões conceituais acerca dos modelos desenvolvimentistas usurpados pela lógica neoliberal

¹ A globalização pode ser percebida como o aprofundamento da tendência à hegemonia da cosmovisão ocidental/“americanizante”, assentada na racionalidade tecnológica e na penetração de valores de mercado em todos os espaços e em todos os campos da vida social, que promove o declínio das identidades sob as forças da estandardização e a

desconstrução do local enquanto singularidade, bem como a descaracterização ou perda de autenticidade das culturas locais, frente à sua cada vez maior permeabilidade às influências externas (ALBAGLI, 1999).

com o fim dos anos 1980². A intensa ascensão de importância que foi direcionada e delegada às vontades monetárias culminou em uma desestruturação social sem precedentes na história da humanidade, sendo que todas as pluralidades e virtudes locais foram subjugadas por discursos e ações monológicas. Esse formato desenvolvimentista vem sendo imposto como a única racionalidade cabível e replicável em todos os lugares, desconsiderando quaisquer territorialidades materiais e imateriais margeando esse árduo e impiedoso formato de desenvolvimento.

Enfim, os resultados dessa racionalidade instrumentalizada no mundo estão evidentes na desumanidade, no egocentrismo e na violência urbana e rural, legitimando que o todo-poderoso conceito da escassez imponha que;

[...] nós nos tornamos eternamente insatisfeitos, agressivos e/ou depressivos, com laços afetivos instáveis, valores morais voláteis, sem tempo para o que traz bem-estar duradouro etc. Em outras palavras, transformamo-nos em fiéis escudeiros do paradigma da escassez, contribuindo inconscientemente para o grave problema da “insustentabilidade” da vida na Terra, quando somos consumidores alienados (SILVA, 2006, p. 116).

Desta feita, a grande questão é: qual o tipo de desenvolvimento que se propõe e para quem este é realizado? Esse cuidado deve-se pelo fato de haver inúmeras concepções envolvendo a noção de desenvolvimento, as quais quase sempre são destituídas da dimensão local, ficando quase sempre alinhadas com as instâncias financeirizadas e secundarizando o elemento humano em suas proposituras.

Essa problemática tem estado presente tanto no meio urbano como rural. No urbano é claramente notado na dominante noção de um pensado para as vontades impostas pela grande mídia, definindo o que é certo e errado socialmente. Em relação ao meio rural, se é que podemos tratar das relações nesse setor, uma vez que cada vez mais se tem menos gente nestes lugares, decorrente da expropriação-expulsão-exploração dos trabalhadores rurais (PLOEG, 2008).

Tudo isso em nome de um “rural moderno” que reflete e replica as “modernidades” urbanas, impondo-lhe um formato social nestes ambientes que inviabilizam a permanência da agricultura camponesa familiar.

Constitui uma transformação que se verifica à medida que o camponês se integra à sociedade de mercado e participa das relações comerciais. Trata-se de um novo ajustamento relacionado às situações diversas que implica gradativamente um rompimento de uma vida econômica e social centrada na vida comunitária rural (BRANDEMBURG, 2010, p. 422).

Apesar deste paradigma desenvolvimentista não ter ocupado ainda todos os espaços rurais, ele tem ganhado cada vez mais um suporte político-financeiro, impondo um intenso grau de dificuldades aos modelos pautados na agricultura camponesa familiar. Assim, acontece uma consolidação material e imaterial acerca dessa questão que dá mais legitimidade social ao “rural moderno” instruído na concentração de terras (grandes propriedades), tornando-a cada vez mais mecanizada, precarizando cada vez mais a mão-de-obra rural assalariada. Em razão disso;

[...] o campo se esvazia, o êxodo rural cresce, principalmente entre os jovens, que encontram ocupações mais simbolicamente valorizadas e em muitas vezes com remuneração superior à agrícola, onde a primazia pelo rendimento econômico pressiona o mundo rural e resulta na perda de identidade e desintegração social (MODEL; DENARDIN; 2014, p. 04).

Neste sentido, é impossível dimensionar este debate apenas em fatos isolados do meio urbano, visto que sua vinculação está também presente nas formas organizacionais instruídas no setor rural. Assim, é de vital importância o fortalecimento de uma racionalidade permeada na alteridade social e que “[...] partindo-se do indivíduo tenta-se construir uma organização que possa viabilizar seus anseios conjugados na base da proximidade e compatibilidade de valores” (SERVA, 1993, p. 38).

Ajustados a uma racionalidade própria, os camponeses ocupam o espaço da unidade familiar segundo uma forma que permite atender aos vários objetivos: reprodução física, social e preservação de

² O Estado de bem-estar social perdeu sua centralidade definitiva com o fim do socialismo real (fim da URSS e queda do muro de Berlim em 1989), deixando passagem livre para o

fortalecimento e hegemonia da ótica capitalista (Consenso de Washington).

seu patrimônio natural (BRANDEMBURG, 2010, p. 419).

São em decorrência destas implicações que a emergência deste novo paradigma organizacional aparece distribuindo espaços para o exercício de outra possibilidade da racionalidade humana, contrariando as noções ético-valorativas pautadas no abuso de poder, na dominação e na imposição de vontades externalizadas. Não é a descaracterização de uma ou outra racionalidade que irá determinar o sucesso ou o fracasso de uma instituição, mas sim a forma como este conflito é enfrentado e conduzido.

É necessário reforçar a divulgação de um desenvolvimento do/no lugar, ou seja, uma endogeneização das virtudes locais como construção social dos próprios atores locais, e não mais pela idealização centralizada, pois o desenvolvimento local não é uma atribuição que se decreta e passa a acontecer automaticamente no meio social, ele carece de transpor um período de aprendizagem. Sua realização “[...] implica uma perspectiva integral que precisa estar, necessariamente, apoiada nas diferentes políticas setoriais” (GONZÁLEZ, 2000, p.10).

O ‘núcleo conceitual’ do desenvolvimento local consiste essencialmente no efetivo desabrochamento das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ (portanto com interesses comuns e situada em determinado território ou local com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma se tornar paulatinamente apta a agenciar e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, planejar, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios, assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito (ÁVILA, 2000, p. 68).

Assim, carece de ser refletida uma nova dimensão de desenvolvimento com foco na coletividade, uma abordagem que acaba se inserindo em suas verificações os processos culturais atinentes a cada lugar que se discute o desenvolvimento. É assim, com o desencantamento do desenvolvimento capitalista, que emerge a concepção de desenvolvimento local, o qual também polêmico e carrega consigo distintos entendimentos, dependendo do autor que se consulte, conforme anuncia Ávila (2003, p. 15) ao pontuar que “o significado desta

expressão ainda é objeto de contínua análise e discussão, em virtude de sua ainda muito curta trajetória histórica”.

O autor continua seu posicionamento acerca do assunto ao destacar que “[...] a comunidade desabrocha suas capacidades, competências e habilidades de agenciamento e gestão das próprias condições e qualidade de vida, ‘metabolizando’ comunitariamente as participações efetivamente contributivas de quaisquer agentes externos (ÁVILA, 2000, p. 69). O sentido compartilhado nesta realidade é pensado através das necessidades locais, priorizando uma sustentabilidade da vida comunitária que tem o sucesso garantido por intermédio do reinvestimento dos seus resultados na própria localidade, levando a um círculo virtuoso e dinâmico de autocontrole dos processos produtivos.

Os benefícios desse modelo produtivo também podem ser considerados no sentido de diminuir os esforços com a logística da produção, uma realidade que é mais bem visualizada nos setores primária de produção alimentícia, sendo que quanto mais próximo o alimento é consumido da sua origem de produção melhor será a sua qualidade (frescor) e menos impacto ecológico deixará no ambiente. Assim, percebe-se que “o resultado produzido por um sistema alimentar é contextual, ou seja, ele depende de atores e agendas, empoderados por relações sociais particulares de um dado sistema alimentar” (BORN; PURCEL, 2009, p. 117).

A concepção do lugar como lócus de vivência e desenvolvimento dos sujeitos é também plural e instituída em várias diversidades;

A despeito da diversidade, há elementos que, presentes em maior ou menor grau, se apresentam nas formulações e iniciativas em torno do desenvolvimento local. Podem-se destacar: a ênfase na cooperação e na aprendizagem (formação de capital social e humano), a gestação de novos arranjos produtivos ancorados no território, a integração de serviços de apoio à micro e pequenos empreendimentos (crédito, capacitação gerencial e tecnológica, informação de mercado), a articulação intersetorial de políticas públicas, a constituição de esferas públicas ampliadas com participação direta de atores locais e, mais amplamente, a perspectiva do protagonismo local (FISCHER, 2002, p. 240).

É nas localidades que a vida comunitária ganha sentido, permitindo que os indivíduo

reconheçam seu lugar no mundo, sem ser obrigatoriamente uma “necessidade antropológica nem um conteúdo herdado e inevitável, mas uma forma social que constitui um nível de integração das ações e dos atores, dos grupos e das trocas” (BOURDIN, 2001, p. 56). O autor destaca ainda, que os entendimentos da localidade são “múltiplos e contingentes” ou ainda, complexas e atemporais, considerando a ampla abrangência de elementos geográfico-territoriais e espacial-temporais, além da dimensão cultural, histórica e linguística.

Uma aproximação de melhor entendimento dessa questão é possível ser visualizada na realização das feiras locais de produtores, sendo que quanto mais bem desenvolvido esse sistema nas comunidades, maior será a integração e dinâmica socioeconômica localmente, reforçando e consolidando o capital social nestas regiões. Esse cenário possibilita diversas realizações sociais, como: estreitamento de laços de confiança, amizade e compromissos não mercantis, próprios das relações de reciprocidades simétricas, culminando na construção de espaços mais justos e democráticos da relação mercadológica.

Entretanto, esse sentido só tem nexo se for efetivamente recepcionado nas relações sociais locais, ou seja, a comunidade precisa abster-se do comodismo apregoado na compra em grandes hipermercados e participar do mundo real de comercialização direta, a exemplo das feiras livres, um exercício que carrega em si uma variedade plural de benefícios sociais, tanto para o comprador (melhor qualidade dos produtos e menor custo) como para o agricultor (escoamento da produção) e também a sociedade como um todo (menor uso de agrotóxico e fomento as economias locais).

Desta feita, ciente das virtudes instruída em localidade a discussão do desenvolvimento local ganham importância prático-teórica através do fortalecimento das potencialidades locais e a integração de fatores endógenos e exógenos¹ voltados ao bem-estar da coletividade comunitária. A participação social com caráter de protagonismo na realização do desenvolvimento exige que ela assuma o comando desta realização, sendo que somente assim será possível identificar um nível racional de

desenvolvimento que respeite e considere as especificidades de cada localidade.

Enfim, como já destacado o desenvolvimento local insere todas as discussões do cotidiano das comunidades, incluindo a disposição dos circuitos produtivos e de consumo. Essa harmonia nos processos de construção social mostra que a fluidez no decorrer dessas cadeias será mais benéfica localmente quanto menos concentrada e acumulada estiver, pois é de fundamental importância que todos os envolvidos nesse processo cresçam conjuntamente de modo que destituam qualquer iniciativa que centralize a renda localmente, pois o desenvolvimento local não está atrelado unicamente com crescimento econômico, mas também com a melhoria da qualidade de vida humana e com a conservação ambiental.

4 Considerações finais

Através das análises elaboradas no decorrer deste ensaio foi possível constatar que os circuitos curtos de produção e consumo atuam como mais uma das várias ferramentas de construção territorial, sendo que sua realização permite a ocorrência harmoniosa de circuitos longos na extensão local, visto que ambos são necessários e complementares. O equilíbrio destas diferentes estruturas socioeconômicas é perfeitamente exequível, exigindo dos seus envolvidos uma compreensão ampliada da realidade social, principalmente em relação aos elementos monetários, considerando que estes passam a ser tidos como apenas mais uma ferramenta de construção social, contrariando totalmente o centralismo que o capital possui na lógica financeira hegemônica.

Entretanto, esse esforço e conscientização nem sempre é efetivamente possível apenas na iniciativa da base social, carece que o poder público e privado compartilhe dessa ideia, principalmente os governos de municípios menores e deslocados dos centros maiores. Neste sentido, a conscientização do lugar como critério da realização socioeconômica envolve uma vasta gama de intencionalidades que perpassa inúmeros valores identitários locais, como: os assimilados na família, na religião e na escola, os

¹ Em síntese, “(...) há que se somarem e necessariamente interajam estratégias de dinâmicas exógenas e endógenas, visto que a primeira sem a segunda se afiguraria a mera ‘caiação

desenvolvimentista’ (...) e a segunda sem a primeira funcionaria como mecanismo de puro isolamento societário” (ÁVILA, 1999, p. 26).

arranjos de instituições empresariais, os agrupamentos da agricultura patronal e familiar, as organizações comunitárias de bairros, as políticas macro dos governantes municipais, entre outras realizações que busquem o mesmo sentido da sustentabilidade de suas respectivas territorialidades.

Desta feita, o circuito curto de produção e consumo emerge como realização fundante para a vitalidade dos processos e agentes sociais, abrindo caminhos e ensinamentos na inclusão de setores inferiorizados ou isolados economicamente. Suas limitações prático-teóricas são difíceis de um recorte conceitual exato, dada as singularidades sociais que cada localidade apresenta, ou seja, pois a auto realização que os atores sociais possuem em seus territórios surge com importância singular quando do debate desta questão. Assim, por intermédio dessa necessária e importante conscientização da comunidade (politização dos sujeitos), acontecem diversas iniciativas de reestruturação local, a exemplo da organização dos circuitos curtos que oportunizam a criação e consolidação de valor no território, reforçando a especificidade dos produtos. Este arranjo culmina por fortalecer o caráter não deslocalizável da produção local, haja vista, que se tem um estreitamento entre o território, o cliente e o produto.

Enfim, é importante frisar que toda essa organização social carece de um diuturno monitoramento dos seus envolvidos, pois o equilíbrio da dinâmica local só consegue manter um pleno funcionamento se houver constantes ajustes e debates entre os atores locais, além das adequações aos novos desafios que surgirem no seu cotidiano. Os circuitos curtos são assim, antes de tudo, um aparato pedagógico que levam seus agentes a refletirem sua importância e papel no cenário local, uma significação que imprime virtudes peculiares em cada localidade onde ocorrem seus processos sociais.

Referências

ALBAGLI, S. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. (Org.). *Globalização & inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul*. Brasília: IBTC/MCT, 1999.

ÁVILA, V. F. Cultura, desenvolvimento local, solidariedade e educação. I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local: O desenvolvimento na perspectiva do desenvolvimento humano. UCDB, 2003. Disponível em: <http://www.ucdb.br/coloquio>. Acesso em: 11 set. 2017.

ÁVILA, V. F. Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local - Interações*. Campo Grande. v. 1, n. 1, set., 2000.

ÁVILA, V. F. *No município sempre a educação básica do Brasil*. 2.ed. (revisada e ampliada). Campo Grande, UCDB, 1999 (1.ed.: 1985).

AZEVEDO, C. La configuración de los circuitos “de proximidad” em el sistema alimentario: tendencias evolutivas. *Documentos de Análisis Geográfica*, Barcelona, n. 54, p. 11 - 32, 2009.

BAVA, S. C. Circuitos Curtos de Produção e Consumo. In: BARTELT, D. D. (org). *Um Campeão Visto de Perto: Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro*, Rio de Janeiro/RJ: Heinrich-Böll-Stiftung, Editora e Gráfica, 2012.

BORN, B.; PURCELL, M., M. Food Systems and the Local Trap. In: INGLIS, D. e GIMLIN, D. (Ed.). *The globalization of food*. Oxford: Berg, 2009.

BRANDENBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. *Ambiente e Sociedade*, v. 13, p. 417-428, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v13n2/v13n2a13.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

CHAFFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y. Circuits courts et ventedirecte: définition, typologie et évaluation. *Cahiers de l'Observatoire CROC*, Montpellier, n. 1 et 2, p. 1-8, fév.-mar., 2007.

CHRISTOPHER, M. *Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos. Criando redes que agregam valor*. 2. ed. São Paulo: Ed. Thomson Learning, 2007.

- COSTA, F. N. Comportamentos dos investidores: do homo economicus ao homo pragmaticus. Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 165, ago 2009. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2014/01/comportamentos-dos-investidores-tdie-165.pdf>. Acesso em: 12 set. 2017.
- COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. I Congresso Internacional sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. dez./2002.
- CRISTÓVÃO, A.; TIBÉRIO, L. (2009). “Comprar Fresco, Comprar Local”: Será que temos algo a aprender com a experiência americana? In Moreno, L., M. M. Sanchez e O. Simões (Coord.). Cultura, Inovação e Território, O Agroalimentar e o Rural, pp. 27-34. Lisboa: SPER.
- DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. DE; VEZZANI, F. M. (Orgs.). Agroecologia: praticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.
- DAROLT, M. R. Conexão Ecológica: novas relações entre produtores e consumidores. Londrina: IAPAR, 2012.
- DGADR (Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural). Circuitos Curtos Alimentares, Portugal. 2012. Disponível em: <http://www.dgadr.gov.pt/>. Acesso em: 19 set. 2017.
- FISCHER, T. (org.). Gestão do desenvolvimento e poderes locais – marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
- FRANÇOIS, M. Comercializar os produtos locais: circuitos curtos e circuitos longos. Inovação no meio rural. Caderno nº 7. Observatório Europeu LEADER. Julho de 2000.
- GONZÁLEZ, R. R. Similitudes y diferencias de los programas de desarrollo local en Europa y América Latina. ¿Es posible establecer comparaciones? Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, MS, v.1, n.1, p.7-12, set., 2000.
- GUZMÁN, E.S.; MONTIEL, M.S.; HERNÁNDEZ, D.G.; SÁNCHEZ, I.G.; COLLADO, A.C. Canales Cortos de Comercialización Alimentaria en Andalucía. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos. Universidad de Córdoba. Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces: Sevilla, IFO 14, 2012.
- HOBBSAWM, E. J. A Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- LESBAUPIN, I. Por novas concepções de desenvolvimento. In: ABONG. Por um outro desenvolvimento. SP: Maxprint Editora e Gráfica, 2012.
- LÖWY, M. “Ecosocialismo: alternativas de desenvolvimento para superar o modelo produtivista-consumista”. In: ABONG. (org.). Por um outro desenvolvimento. SP: Maxprint Editora e Gráfica, 2012.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. traduzido por António Filipe Marques. 1º. ed. Lisboa, 70, 2013.
- MODEL, P. A.; DENARDIN, Valdir F. Agricultura familiar e a formação de circuitos curtos de comercialização através das feiras livres: o caso da Matinfreira - PR. In: Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA), 2014, São Paulo. Anais XVI Engema, 2014. Disponível em: <http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/456.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.
- MURDOCH, J. MARSDEN, T., and BANKS, J. 2000. Quality, nature, and Embeddedness: some theoretical considerations in the context of the food sector, *Economic Geography*, 76/2: 107-25

NORBERG-HODGE, H. MERRIFIELD, T., and GORELICK, S. 2002 Bringing the food economy home: local alternatives to global Agribusiness, London: ZED Books

PEREZ-CASSARINO, J.; FERREIRA, A. D. D. Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da Rede Ecovida de Agroecologia. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. DE; VEZZANI, F. M. (Org.). Agroecologia: praticas mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 171-213.

PLOEG, J. D. V. D. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SABOURIN, E. Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. Revista Sociologias, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 24 - 51, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/22435/13008>. Acesso em: 9 set. 2017.

SERVA, M. R. O. O fenômeno das organizações substantivas. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.33, n.2, mar./abr.,1993.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, P. R. Consciência e Abundância. 2 ed. Niterói, 2006.